



CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMILCAR CABRAL

MCH91-70-5-12

PORTUGUESES NA AFRICA DO SUL

Retrato político de uma comunidade emigrante

Dezembro de 1990

João Gomes Cravinho

ACTIVIDADES NA AFRICA DO SUL
Relatório político da 1.ª Comissão Europeia

INDICE

Introdução	p. 1
Caracterização Geral do Momento Político	p. 3
A Comunidade Portuguesa e os Sub-continente	p. 5
A Intervenção Política da Comunidade Portuguesa	p. 17
Portugal e a Comunidade Portuguesa	p. 23
Anexo	p. 25

Este trabalho foi elaborado no âmbito de um projecto apoiado pelo Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) e pela DG VIII da Comissão das Comunidades Europeias.

PORTUGUESES NA AFRICA DO SUL

Retrato político de uma comunidade emigrante

INDICE

Introdução	p 1
Caracterização Geral do Momento Político	p 3
A Comunidade Portuguesa e os Sul-africanos	p 8
A Intervenção Política da Comunidade Portuguesa	p 17
Portugal e a Comunidade Portuguesa	p 29
Anexo	p 35

Introdução

A anunciada morte do apartheid e a grande incógnita que é o futuro da Africa do Sul tornam este momento extremamente oportuno para uma análise política da grande colónia de emigrantes portugueses nesse país. É uma colónia sobre a qual muito pouco se sabe e menos ainda está escrito. Isto não deixa de ser surpreendente sabendo que se trata da presença mais visível de Portugal no país mais importante da Africa Austral, região de eleição para a política externa portuguesa.

O presente trabalho procura fazer o retrato político de uma comunidade que enfrentará num futuro próximo um grande desafio à sua capacidade de adaptação, qualidade tradicionalmente associada às comunidades de emigrantes portugueses espalhadas pelo mundo. Até ao presente a comunidade portuguesa tem-se mostrado avessa a grandes mudanças políticas ¹ mas estas parecem agora inevitáveis. De que forma reagirá a comunidade portuguesa? E que impacto têm estas mudanças, e a reacção da comunidade, sobre a política externa nacional? São estas as principais questões que devem ser colocadas neste momento pelos formuladores da política externa portuguesa.

O objectivo deste estudo é oferecer alguns elementos para a

1. C.D.Schutte, *The adaptation to South Africa and attitudes regarding re-emigration from the country of Portuguese immigrants*, Human Sciences Research Council, Pretória, 1989. Um inquérito realizado no decurso deste trabalho indica que apenas 6,7% da comunidade portuguesa considerava errada a política racial do governo sul-africano (Quadro 42) e só 3,7% manifestou-se a favor da introdução de eleições com voto universal (Quadro 45).

análise do futuro da comunidade portuguesa, e da política em relação a essa comunidade. Procura-se chamar a atenção para facetas pouco conhecidas ou divulgadas da comunidade por entender que uma política, quando não baseada em pressupostos próximos da realidade, nunca poderá ser eficaz.

Estas páginas resultam de uma viagem de dois meses à África do Sul durante a qual o autor entrevistou dezenas de pessoas ligadas à comunidade e falou mais informalmente com muitas outras, próximas ou não da comunidade. Qualquer uma dessas pessoas está totalmente ilibada de responsabilidades pelo que aqui se escreve, assumindo o autor essa responsabilidade em exclusivo. No seu conjunto, no entanto, foram essas pessoas que fizeram este trabalho pelo que se aproveita aqui para deixar uma nota de agradecimento, mesmo para aqueles que discordam em absoluto do texto.

grande passo ocorreu a 2 de Fevereiro deste ano quando o Presidente anunciou a legalização do Congresso Nacional Africano (ANC) e de outros movimentos de contestação ao regime. A partir desse momento tornou-se inevitável um segundo passo que de facto se concretizou a 11 de Fevereiro a libertação incondicional de Nelson Mandela, líder histórico do ANC.

Pouco tempo depois houve acordo sobre a necessidade de abrir conversações ao mais alto nível entre representantes do ANC e do Governo e marcou-se um encontro para Abril. Este encontro foi adiado pelo ANC em protesto contra a actuação da polícia durante uma manifestação em Sebokeng, nos arredores de Johannesburg, que se realizou em 17 de Março. No entanto, o encontro ocorreu em Paris a 19 de Abril.

Caracterização Geral do Momento Político

A República da África do Sul vive desde há um ano uma fase de transição política, partindo de uma situação de clara caducidade do regime. Por estar ainda em curso, a periodização desta transição só pode ser temporária e nesta perspectiva apontaríamos a data de Setembro de 1989 para marcar o início do período de transição. Foi o mês em que se realizaram as últimas eleições gerais brancas, e em que se confirmou a ascensão à liderança do país de FW De Klerk. Um tanto inesperadamente, e provocando de início fortes reacções de desconfiança por parte dos movimentos anti-apartheid, o Presidente De Klerk iniciou um processo de desmantelamento do regime que tudo indica ser irreversível. As propostas apresentadas ao eleitorado pelo Partido Nacional em Setembro de 1989 eram de um teor ligeiramente reformista mas muito aquém dos passos já tomados por De Klerk. O primeiro grande passo ocorreu a 2 de Fevereiro deste ano quando o Presidente anunciou a legalização do Congresso Nacional Africano (ANC) e de outros movimentos de contestação ao regime. A partir desse momento tornou-se inevitável um segundo passo que de facto se concretizou a 11 de Fevereiro: a libertação incondicional de Nelson Mandela, líder histórico do ANC.

Pouco tempo depois houve acordo sobre a necessidade de abrir conversações ao mais alto nível entre representantes do ANC e do Governo, e marcou-se um encontro para Abril. Este encontro foi adiado pelo ANC em protesto contra a actuação da polícia durante uma manifestação em Sebokeng, nos arredores de Joanesburgo, que se saldou em 13 mortos. No entanto, encontros em Maio e Agosto

entre delegações do ANC e do Governo fizeram progressos notáveis sendo de salientar a boa vontade e abertura com que cada parte se apresentou à mesa das negociações. O clima político entre Abril e Junho, período durante o qual se efectuou a visita que é objecto deste relatório, era caracterizado por um optimismo geral, partilhado pelas duas forças mais importantes, a ANC e o Governo, e pela maior parte da sociedade. Era legítimo esperar que dentro de pouco tempo houvesse um governo de maioria negra e no entanto o Partido Nacional mostrava-se confiante de que a maior parte do seu eleitorado, branco, aceitava como necessária esta evolução.

Uma boa demonstração da importância dos acontecimentos que se seguiram é que PW Botha, Presidente durante dez anos até 1989, demitiu-se em Maio de 1990 do Partido Nacional de que era ainda líder pouco mais de um ano antes. No entanto as sondagens mostram que houve também uma forte subida no apoio ao Partido Conservador que protestava contra as reformas já efectuadas e ainda mais contra as anunciadas. Por outro lado, o Partido Democrático, à esquerda do governo, perdeu muito terreno, sendo esmagado pelo peso do Partido Nacional que passou a ocupar o espaço político que anteriormente lhe pertencia. A amarga ironia para o Partido Democrático é que está a ser politicamente dizimado justamente no momento em que as teses que defende há anos passam a ser política oficial. Na extrema direita houve também alguma agitação, com uma variedade de pequenos partidos encabeçados pelo Movimento de Resistência Africânder (AWB) a efectuar manifestações ruidosas.

2

No campo das forças políticas "brancas" há várias incógnitas que não permitem de momento uma previsão de evolução que não seja apenas especulativa. A título de exemplo podemos referir a incerteza sobre a capacidade do Partido Conservador de consolidar os seus novos apoios e, eventualmente, de forçar eleições antecipadas que poderiam alterar o quadro político a seu favor. As primeiras indicações (resultando das eleições parciais em Randburg) são que há de facto uma acentuada subida eleitoral do Partido Conservador, mas que é insuficiente para bloquear o caminho ao Partido Nacional. Outro exemplo é a incógnita da extrema direita nas suas várias versões. Qual é a sua força verdadeira, política e militar? Com quantas pessoas poderão contar se decidirem pegar em armas? Em larga medida as respostas a estas perguntas dependem de como se processam as negociações e o período de transição: a instabilidade e a violência nas cidades negras são os factores mais importantes para o crescimento da extrema direita. Há também muita discussão sobre o verdadeiro objectivo do Partido Nacional sob de Klerk. Pensam conseguir sobreviver no poder (eventualmente em coligação) após a realização de eleições gerais com participação negra? Pensam apenas consolidar um determinado modelo socio-económico através de negociações antes de abandonar o poder político? O mais provável

2. Convém não esquecer que há no ANC e em outros movimentos anti-apartheid muitos militantes brancos, tal como poderá haver no futuro alguns membros negros do Partido Nacional. No entanto a estrutura da sociedade sul-africana, bem como o facto de só brancos poderem votar, permite que se façam referências a política "branca" e "negra", interdependentes, claro, mas pouco permeáveis.

é que a caducidade do regime não lhes permitiu qualquer outra opção e decidiram tomar o caminho de negociações antes de serem visivelmente forçados a fazê-lo. A partir desse momento dificilmente se lhes pode atribuir uma estratégia global devido à imprevisibilidade da evolução política, sendo mais plausível que se limitam à gestão da conjuntura (com grande habilidade aliás).

Durante o período da visita manifestaram-se amiúde as rivalidades entre vários movimentos negros. Nas importantes cidades negras ("townships") nas imediações de Joanesburgo o ANC começou a perder o ímpeto inicial de que beneficiara após a sua legalização. A moderação do movimento de Mandela, e a sua vontade de encetar negociações com o Partido Nacional, resultaram numa certa desmobilização por parte da juventude, rapidamente aproveitada pelo Congresso Pan-africano (PAC) que protestava contra qualquer forma de concessões ao regime. A retórica militante e o apelo à exigência de querer tudo já encontrou algum eco numa situação em que grandes expectativas contrastavam com a paciência e o realismo evidenciados pelo ANC.

Por outro lado, na província do Natal, continuavam os confrontos violentos entre apoiantes do ANC e membros do Inkatha, o movimento zulu liderado pelo Chefe Buthelezi. Durante os meses de Junho e Julho a violência começou a alastrar-se para o Transvaal encontrando solo fértil nas grandes cidades negras do triângulo PWV (Pretória Witwatersrand Vaal) como Soweto e Thokoza. Desde 1987 morreram já mais de cinco mil pessoas nesta guerra que é fundamentalmente uma resposta do Chefe Buthelezi à erosão da

sua hegemonia política no Natal e da sua influência a nível nacional e internacional.

O ANC enfrenta portanto alguma contestação embora seja o único movimento que se pode considerar verdadeiramente representativo da maioria negra. De igual modo o Partido Nacional continua a ser o partido com maior apoio junto da comunidade branca, embora se considere normal que alguns dos seus apoiantes tenham transitado para o Partido Conservador.

A Comunidade Portuguesa e os Sul-africanos

A integração da comunidade portuguesa na África do Sul nunca foi fácil apesar de todas as apologias oficiais. Quase sem excepção os líderes políticos da África do Sul, namorando votos ou ajudas financeiras, emitiam em ocasiões propícias declarações elogiosas sobre a comunidade portuguesa. Tal como no sistema político americano, políticos brancos sul-africanos têm de cortejar as várias comunidades imigrantes ou, em alternativa, assumirem-se como porta-estandartes de uma fatia específica do eleitorado. Naturalmente, portanto, a comunidade portuguesa beneficia ocasionalmente de meia dúzia de palavras amáveis por parte de responsáveis políticos que, embora sabendo que acabam por ser poucos os portugueses que votam, consideram que vale a pena porque não se perde nada. De vez em quando dizem-se palavras depreciativas, oriundas por exemplo da extrema direita que içam a bandeira da pureza rácica dos africanos. Neste caso mencionam-se os portugueses como um mau exemplo porque não sabem distinguir brancos de pretos e para mais têm o péssimo hábito de miscigenação. Além disso não são africanos e deveriam portanto voltar para a terra deles. Esta retórica acaba por ser bastante inconsequente, até porque nem é muito frequente; como se sabe, os alvos preferidos da extrema direita são outros.

Hoje em dia, depois da legalização do ANC, destacados dirigentes deste movimento vieram engrossar o coro daqueles que, quando publicamente solicitados, produzem uma opinião positiva sobre a comunidade portuguesa. Estas vozes são fielmente reprod-

uzidas pela imprensa local de língua portuguesa e devidamente transmitidas para várias instâncias oficiais em Lisboa e no Funchal. Os comentários negativos são minimizados para dar a impressão de um certo consenso à volta da popularidade e da respeitabilidade da comunidade portuguesa.

Como é óbvio, estes comentários de representantes políticos são totalmente inúteis para percebermos como a comunidade é vista pelos vários grupos populacionais sul-africanos. Os comentários têm como objectivo único granjear popularidade junto da comunidade (ou junto dos ouvintes no caso da extrema direita) e nada mudaria se substituíssemos a palavra 'Portugueses' por 'Gregos' ou 'Italianos'. Espantoso é que durante anos e anos a fio se tomaram estas declarações como provas do que quer que fosse.

O trabalho científico feito à roda desta temática é mínimo mas aquilo que existe aponta claramente para uma conclusão bem diferente daquela que se ouve em discursos eleitoralistas: os portugueses estão mal integrados, são mal vistos e têm má reputação junto de largas camadas da sociedade sul-africana. Quem for para a Africa do Sul falar aberta e demoradamente com pessoas dos mais variados grupos económicos, sociais, políticos e étnicos não pode infelizmente deixar de se aperceber desta realidade.

3

Os inquéritos realizados , embora incompletos e feitos

3. Reportamo-nos a D.C.Groenewald e L.N.Smedley, Attitudes of the White Population in South Africa towards Immigrants in General and the Main Immigrant Groups in Particular, Pretória, 1977, e a C.D.Schutte, op. cit..

exclusivamente entre brancos, mostram-nos que a comunidade portuguesa é a que goza de menos popularidade junto do resto da sociedade.

Groenewald e Smedley, numa amostra suficientemente grande e diversificada para garantir uma razoável credibilidade científica, demonstram inequivocamente que a imagem da comunidade portuguesa é fortemente negativa. Antes de olharmos um pouco mais pormenorizadamente para alguns dos resultados desse trabalho, convem referir dois factores que se devem tomar em conta. Um é que a pesquisa foi efectuada em 1977 sendo pois provável que terão havido alterações entretanto. O segundo é que a altura em que a pesquisa foi feita era, para a comunidade portuguesa, um período de alvoroço. O número de portugueses na RAS tinha recentemente aumentado em muitos milhares devido ao influxo de antigos residentes em Moçambique, e esta situação, aliada à natural instabilidade social e económica dos recém-chegados, prejudicava a imagem da comunidade. Pode-se supor portanto, que em relação ao segundo factor, o nível de aceitação da comunidade era excepcionalmente baixo no momento em que o estudo se realizou. Quanto ao primeiro factor cumpre apenas registá-lo já que, salvo aquilo que acabamos de referir, não há elementos para ajuizar da evolução da imagem da comunidade.

Os três quadros que se seguem baseiam-se numa amostra de cinco mil brancos de diferentes grupos etários, níveis de rendimento familiar, localidades de residência e grupos linguísticos.

QUADRO 1

Preferência por vizinhos de um dos seis principais grupos de imigrantes, segundo o rendimento familiar dos entrevistados

	<4000 R		>4000 R <6999 R		>10000 R <12999 R		>13000 R	
	H	M	H	M	H	M	H	M
	Italianos	3,8	4,0	5,8	7,2	4,1	5,0	2,2
Britânicos	40,1	45,5	44,1	46,2	45,1	47,0	51,4	55,2
Holandeses	14,0	15,8	14,2	14,7	13,1	9,7	6,8	12,2
Portugueses	2,0	2,3	2,2	1,7	1,5	1,3	0,4	0,4
Alemães	34,8	28,4	30,8	27,3	32,9	33,6	33,5	27,4
Gregos	2,3	2,6	1,8	1,8	1,5	1,9	0,4	0,7
Sem Resposta	2,4	1,3	1,1	1,1	1,8	1,5	5,3	2,6

A tabela dispensa grandes comentários. Os Portugueses são quase sempre os vizinhos menos desejados, havendo uma variação inversa entre rendimento familiar e preferência pela comunidade portuguesa. Quanto mais abastada for a família menos se gosta de morar ao pé de Portugueses. É interessante notar que as duas outras comunidades imigrantes originárias da Europa do Sul, a grega e a italiana, também não disfrutaram de grande popularidade, tendo a comunidade grega um resultado muito próximo dos valores atribuídos à comunidade portuguesa.

QUADRO 2

Atitudes dos brancos sul-africanos sobre a imigração portuguesa, segundo o rendimento familiar dos entrevistados

	>4000 R <6999 R		>7000 R <9999 R		>10000 R <12999 R		<13000 R	
	H	M	H	M	H	M	H	M
	TESE 1	34,7	35,4	38,9	41,4	37,5	41,1	33,1
TESE 2	40,3	36,2	35,0	30,0	29,4	27,1	26,3	21,5

TESE 1 : A Africa do Sul deveria encorajar menos imigrantes portugueses a estabelecerem-se neste país.

TESE 2 : A Africa do Sul deveria fechar o país à imigração portuguesa

Este quadro também não necessita de muitos comentários já que os números falam largamente por si mesmos. Há no entanto uns pontos a realçar. Em relação à primeira tese as mulheres são, em todos os escalões de rendimento familiar, mais favoráveis à redução do número de portugueses, sendo difícil de descortinar qualquer variação proporcional ao rendimento familiar. Quanto à segunda tese nota-se uma variação inversamente proporcional ao rendimento familiar: quanto maior for o rendimento familiar menos são os inquiridos que advogam acabar de vez com a imigração portuguesa. Uma hipótese de leitura deste quadro prende-se com a concorrência laboral provocada pela imigração portuguesa nos escalões económicos mais baixos. Outro ponto interessante é que embora as mulheres manifestem mais vontade de limitar o número de portugueses no país, são também menos drásticas nas suas soluções: em todos os escalões económicos há mais homens do que mulheres a defender a Tese 2. Mesmo assim o número de pessoas que gostaria de proibir a entrada de mais imigrantes portugueses é espantosamente elevado, variando entre um mínimo de 21,5% (mulheres com maior rendimento) e um máximo de 40,3% (homens mais pobres)..oj off

QUADRO 3

Atitude dos brancos sul-africanos sobre a imigração portuguesa, segundo a língua sul-africana

	Africânder		Inglês	
	H	M	H	M
TESE 1	35,0	37,4	37,6	43,1
TESE 2	45,7	41,7	19,6	13,9

As teses 1 e 2 são as mesmas que no Quadro 2.

Os resultados resumidos no Quadro 3 são interessantes porque denotam uma forte clivagem de atitudes entre brancos de língua inglesa e de língua africânder. Embora a diferença em relação à Tese 1 seja bastante escassa, os dados referentes à Tese 2 não deixam dúvidas. Os Africânderes são muito mais favoráveis ao congelamento total da imigração portuguesa do que os brancos de língua inglesa. Há várias interpretações possíveis para esta tendência. Uma delas é que os Africânderes, sendo os imigrantes brancos mais antigos e um povo historicamente fechado sobre si mesmo, são mais contrários a qualquer imigração. Muitos Africânderes consideram que a África do Sul é não só terra de brancos como especificamente terra de Africânderes e se aceitam imigração é por uma questão de pragmatismo e não por vontade intrínseca. A língua inglesa, por outro lado, é veículo para uma mescla de gentes, muitas das quais serão também imigrantes de primeira ou segunda geração, com maior abertura em relação à chegada de novos imigrantes. Outra possível contribuição para os resultados apontados é que os Africânderes tendem a ter um grau de instrução mais baixo e concorrem para o mesmo tipo de empregos que os Portugueses - o Quadro 2 já mostrou esta relação entre salários baixos e sentimentos anti-portugueses. Outros factores⁴ possivelmente influentes neste resultado são a oposição das igrejas ferozmente calvinistas à implantação de uma comunidade católica no seu meio, e a tendência demonstrada por imigrantes portugueses

4. V.Pereira da Rosa e S.Trigo em Portugueses e Moçambicanos no Apartheid: da ficção à realidade dão muita importância a estes dois últimos factores.

a preferirem a língua inglesa à africânder . Quaisquer que sejam as razões para o baixo índice de popularidade da comunidade, resta a frieza dos números: entre todos os sectores da comunidade branca o melhor resultado é que "apenas" 13,9% das mulheres de língua inglesa gostariam de fechar as portas à imigração portuguesa.

No que toca à maneira como a comunidade portuguesa é vista entre os negros não há sondagens ou estudos efectuados, o que nos remete para simples conversas e contactos humanos. Mais uma vez a impressão dominante é altamente negativa para a comunidade portuguesa e podem encontrar-se várias razões para explicar este fenómeno. Os negros, especialmente em áreas urbanas que é precisamente onde residem mais portugueses ⁶, estão altamente politizados e a comunidade portuguesa é talvez um exemplo único de uma comunidade que nada fez para lutar contra o apartheid. Todos os outros grupos étnicos brancos contribuíram com alguns nomes para o movimento anti-apartheid. Qualquer negro minimamente interessado por questões políticas é capaz de citar o nome de Africânderes, Ingleses, Italianos, Gregos ou Judeus que foram presos ou exilados por contestarem o regime, mas quanto a Portugueses é o ⁷silêncio completo . O regime do apartheid beneficiou sempre do

5. Ver Schutte, Quadros 22 e 23.

6. Schutte, Quadro 7: Uma sondagem efectuada junto de 1081 membros da comunidade portuguesa, 64,2% moravam em cidades, 32,5% em vilas, e apenas 3,3% em zonas rurais.

7. O Arcebispo Tutu chamou a atenção para isto ao dizer que os Portugueses não podiam continuar a ser neutros. Ver Diário de Lisboa, 13 de Novembro de 1989.

apoio financeiro e eleitoral dos sectores mais influentes da comunidade portuguesa. A maioria de Portugueses preferia não se envolver o que, para os negros era sinal de um apoio tácito ao regime: quem não se opõe é a favor do statu quo.

Outra razão para a má reputação dos Portugueses junto dos negros: é que são precisamente aqueles que mais próximos estão em termos de escalões sociais e, portanto, quem mais beneficiaria das barreiras legais impostas pelo apartheid à ascensão social e económica dos negros. As pequenas desonestidades de um dono de comes-e-bebes à entrada das minas de Joanesburgo ou Welkom acaba por ser tão visível como a injustiça do sistema todo e é frequente ouvir referências a exemplos deste tipo quando se fala com negros. Indicativo deste estado de coisas é um artigo que apareceu na revista Tribute, escrito por Es'kia Mphalele⁸. Cabe referir que Tribute é possivelmente a revista negra mais influente do país e que Mphalele não é um escriba qualquer: é professor na prestigiosa Universidade de Witwatersrand, é o mais conceituado homem de letras negro, e sobre ele já foram publicadas duas biografias. O artigo é violentíssimo contra os Portugueses. A dada altura Mphalele escreve: "Olhem para os Portugueses hoje como imigrantes neste país. São mais racistas que o pior dos colonialistas brancos [...] A juventude portuguesa estabeleceu uma sub-cultura que se diverte com a violência organizada pelos seus gangs [...] À hora que escrevo estas palavras finais, Dias, da Gama e o resto desse bando de aventureiros

8. Es'kia Mphalele, 500 Years of Misadventure, Tribute, Julho 1988

européus tornaram-se meros nomes escritos em fumaça, como se fosse num espectáculo de acrobacia aérea, desaparecendo rapidamente sob o azul do céu. Adeus cinco séculos de escravatura e colonialismo português!

O artigo citado contém concerteza uma grande dose de ódio visceral e irracional mas é um erro minimizá-lo simplesmente por ter pouca validade académica. A importância do artigo não reside na sua capacidade descritiva ou analítica. Reside no facto de ter sido escrito por quem o escreveu e por ter sido publicado onde o foi. E por não ter causado protestos, salvo de um pequeno grupo de Portugueses que se interessava pela maneira como a população negra os via. Infelizmente é difícil deixar de concluir que tais palavras não causam escândalo na África do Sul porque correspondem àquilo que muita gente pensa.

Vale a pena fazer desde já uma pergunta à qual se procurará responder mais tarde: como é que durante tanto tempo a informação oficialmente divulgada em Portugal era que em relação à comunidade portuguesa na RAS tudo corria às mil maravilhas? A comunidade estava supostamente bem integrada e era uma componente popular e apreciada da sociedade sul-africana. Como foi possível um tal desfasamento da realidade?

A Intervenção Política da Comunidade Portuguesa

Como qualquer outra comunidade imigrante, tanto na Africa do Sul como em outros países, os contornos exactos da comunidade portuguesa não se podem definir facilmente. Não há nenhuma entidade homogénea sobre a qual se pode dizer que obedece a uma série de critérios rigorosos de inclusão ou exclusão. Há apenas um conjunto de pessoas com ligações mais ou menos fortes a Portugal e entre si. Entre os membros da comunidade portuguesa há pessoas com valores e referências culturais idênticos aos que se poderiam encontrar em qualquer esquina ou café da Beira Alta ou do Minho, e há também pessoas que já nem falam Português e que nunca vieram a Portugal. Há pessoas que se dão exclusivamente com outros de origem portuguesa e pessoas que confraternizam quase exclusivamente fora da comunidade. Há sul-africanos de terceira e mesmo quarta geração e há pessoas que chegaram de Portugal a semana passada. No entanto a grande diversidade da comunidade não é uma negação da sua existência.

Pode representar-se a comunidade por um complexo de círculos concêntricos em que aqueles que estão mais próximos do centro dependem em maior grau da comunidade quanto à sua própria identidade. Assim, nos confins deste complexo, nos círculos mais afastados, encontrar-se-iam filhos e netos de imigrantes, pessoas já bem integradas na sociedade sul-africana e com referências culturais quase exclusivamente sul-africanas. Para estas pessoas, de Português resta apenas o nome, e mesmo isso por vezes anglicizado na escrita e quase sempre na pronúncia. Nos círculos mais próximos do centro encontrar-se-iam os imigrantes mais

recentes, aqueles que não falam outra língua senão o Português, as pessoas que vivem a sua vida profissional e social quase exclusivamente num meio português. Em termos políticos, como em outras coisas, aqueles que estão mais longe do centro são mais representativos dos brancos sul-africanos em geral, enquanto que os que se situam mais próximo do centro raramente se afastam da ortodoxia definida pelos "líderes" da comunidade.

Mais uma vez é difícil definir quem são os "líderes da comunidade". Ouve-se com frequência esta expressão e há de facto algumas pessoas que se podem apontar como líderes porque são fazedores de opinião. Podem considerar-se como líderes alguns empresários de sucesso, alguns presidentes de clubes e associações, e algumas outras pessoas que souberam conquistar influência dentro da comunidade. Ser um empresário bem sucedido ou a primeira figura de uma agremiação de imigrantes não é por si só uma garantia de ascensão à categoria de "líder". Talvez a única qualidade palpável partilhada pela quase totalidade dos "líderes" é o facto de terem sido nomeados Comendadores. As comendas, na Africa do Sul, são objecto da mais desenfreada cobiça, provocando por vezes situações e rivalidades caricatas. Quem vem de fora do meio não pode deixar de estranhar a importância assumida por tal distinção mas o certo é que é considerado uma espécie de benção por parte das autoridades nacionais reforçando fortemente a influência do laureado dentro da comunidade. A isto está concerteza ligada uma visão da política, no sentido lato da expressão, muito marcada pelo regime que imperava em Portugal antes de Abril de 1974.

Aos "líderes" cabe o papel de atribuir sentido político à comunidade portuguesa. Há vários factores que contribuem para facilitar esta tarefa. Por um lado, o nível de instrução na comunidade portuguesa é muito baixo⁹ o que torna a comunidade bastante influenciável. Por outro lado, e especialmente mais próximo do centro dos círculos concêntricos, há um sentimento de alienação em relação ao país que os acolheu. Há muitas pessoas que se sentem apenas temporariamente fora de Portugal, ou que pelo menos não se sentem suficientemente integrados para se interessarem na sociedade como um todo. Um terceiro factor é que a grande maioria nunca viveu numa sociedade plenamente democrática: só uma pequena minoria veio de Portugal depois de 1974. Os outros, ou já lá estavam há mais tempo ou vieram de Moçambique em 1975. Em qualquer dos casos a intervenção política activa não era encorajada e quando chegaram à Africa do Sul encontraram uma situação semelhante. Havia - e há -, é certo, eleições exclusivamente brancas mas mesmo essa possibilidade de dissidência não encontrou ecos na comunidade portuguesa. Um quarto factor que desmobiliza o desrespeito pela ortodoxia política definida pelos comendadores e demais líderes é a teia cerrada de dependências económicas e sociais que constitui o núcleo da comunidade.

Estes vários factores tornam a maioria da comunidade numa massa relativamente vulnerável e fácil de moldar pelos líderes.

9. Schutte, Quadro 13, mostra que cerca de 34% dos inquiridos tinham quatro ou menos anos de escolaridade. Apenas 2,8% tinham frequência universitária ou politécnica.

As dissidências não se conseguem eliminar mas o seu impacto é minimizado. Os líderes da comunidade conseguem fazer passar a sua mensagem que é muito clara: a comunidade portuguesa deve procurar manter o silêncio total sobre assuntos políticos, excepto em alturas de campanha eleitoral nos quais deve dar um apoio discreto ao Partido Nacional.

Esta mensagem chega à comunidade portuguesa de várias formas. Em primeiro lugar os clubes e as associações são locais de eleição para se pronunciarem discursos que, com frequência, fazem apelo à abstenção política. Tais tomadas de posição são consideradas aceitáveis porque se alimentou a ficção que apelar à abstenção não é uma atitude política, enquanto que nas raríssimas vezes em que há um conteúdo político diferente num discurso o orador é altamente criticado por estar a "fazer política". Vale a pena citar um caso que ilustra isto com perfeição¹⁰. Em Março de 1989 o Embaixador Cutileiro, então recém-chegado ao país, foi convidado para discursar no que é um dos pontos mais altos da vida social da comunidade, o Baile das Debutantes. Estava lá o "tout Joannesbourg". Num discurso inteligente o Embaixador começou por referir que um baile de debutantes representava um rito de passagem, ponto de partida que lhe permitiu falar das transformações em curso na Africa do Sul escassas semanas depois da libertação de Mandela. Referiu que o governo português via com bons olhos as medidas tomadas por De Klerk, que não considerava que houvesse motivos para receio e que as coisas estavam

10. Ver "O Jornal" de 16 de Março de 1990.

bem encaminhadas. A propósito, disse, tinha razão para estar tranquilo porque tinha falado tanto com De Klerk como com Mandela. Devido a esta "admissão" foi presenteado com uma vaia em vez dos aplausos circunstanciais que seriam de esperar. Os presentes achavam intolerável que o Embaixador de Portugal falasse com a oposição ao regime, mesmo que ela já tivesse sido legalizada. E, note-se, a assistência era precisamente os líderes da comunidade, os fazedores de opinião, em peso.

Isto é interessante porque põe a nu várias ideias implícitas. Em primeiro lugar a assistência considerava que o momento era impróprio para falar de política (era esta a acusação mais frequente contra o Embaixador), embora não exista nenhum outro foro onde o fazer. Aliás a acusação tem pouca verosimilhança porque a vaia só surge quando o Embaixador menciona que falou com Mandela. Segundo, evidencia a ideia de que o interesse de Portugal (e é isso que o Embaixador é suposto representar) é sinónimo do interesse da comunidade definido pelos tais líderes. E terceiro, a reacção é também fruto de alguma surpresa por se verem desautorizados, por verem que de repente a Embaixada, e portanto os responsáveis pela política externa portuguesa, quer assumir um papel de liderança na preparação da comunidade para uma nova era. Atitude perfeitamente inovadora, diga-se de passagem, por parte da Embaixada.

Voltando aos métodos de transmissão das principais mensagens para a comunidade, é claro que a comunicação social de língua portuguesa tem também um papel importante. Há várias estações de rádio que emitem em Português, uma de televisão, e um pequeno

número de jornais e revistas dirigidas à comunidade. No entanto, há um órgão que assume um papel predominante, a voz mais autorizada dos líderes, "O Século de Joanesburgo". É o jornal de maior tiragem (cerca de 25-30000 exemplares) e sai semanalmente (não há nenhum diário de língua portuguesa). Os proprietários são o Comendador Horácio Roque e o Comendador António Bráz, sendo voz corrente que o verdadeiro músculo financeiro e político de "O Século" reside no primeiro. O tratamento dado às notícias, particularmente as de índole política, mostra claramente aquilo que se pretende que as pessoas saibam e aquilo que se prefere que seja ignorado. Notícias, por exemplo, de qualquer dissidência dentro da comunidade são pura e simplesmente abafadas. Isto aconteceu mais notoriamente no caso do DIPSA (Democratic Initiative of the Portuguese in South Africa) de que falaremos mais adiante. No primeiro trimestre de 1990 arrancou um novo jornal, "A Tribuna", mas até agora não se tem conseguido impor no mercado por razões de diversa ordem. A longevidade de "O Século" criou um grupo de leitores bastante fiel por uma questão de hábito, mesmo que por vezes se oiça dizer, em tom de brincadeira, tratar-se de "O Mentiroso". Contra estes hábitos enraizados só fazendo um grande investimento na área de marketing por parte de "A Tribuna", o que até agora não tem acontecido. Aliás é duvidoso que "A Tribuna" tenha os meios financeiros para sobreviver a uma guerra de publicidade contra "O Século". Em segundo lugar, a qualidade jornalística do novo periódico é claramente inferior à concorrência, ao que não é alheio o facto de na sua curta existência já ter conhecido cinco ou seis directores. E, terceiro,

os poucos hábitos de leitura da comunidade portuguesa dificilmente permitem a viabilidade simultânea de dois semanários, pelo que é pouco provável que "A Tribuna" venha a ser um projecto de sucesso.

A orientação política dada à comunidade pelos líderes tem simultaneamente raízes ideológicas e interesseiras. Por um lado, muitos membros da comunidade portuguesa, uns 30 a 40%, são antigos residentes em Angola e Moçambique¹¹. O processo de descolonização que levou estas pessoas para a Africa do Sul foi altamente traumático. É verdade que muitas famílias conseguiram trazer consigo a maior parte dos bens, e fizeram-se mesmo grandes fortunas como se fazem sempre em alturas de caos, mas o que interessa é que a comunidade toda interiorizou o verdadeiro trauma que foi, para alguns dos seus membros, a descolonização. O processo de descolonização é uma parte muito viva da consciência colectiva da comunidade e representa uma das pedras basilares da sua atitude política. Resumindo, na sua versão simples este trauma traduz-se da seguinte forma: o ANC equivale à FRELIMO ou ao MPLA, e o Partido Nacional equivale ao legítimo dono que era o Estado Português. Para evitar um novo desastre é preciso apoiar o Partido Nacional e combater o ANC com a convicção e a determinação que não existiu em Angola e Moçambique. Esta componente ideológica é de facto visível na comunidade mas está pouco representada entre os líderes porque implica uma presença activa da comunidade na vida política do país. No dia em que isso acontecer abrem-se as

11. Numa amostra de 1075 pessoas feita por Schutte (Quadro 4) 31,1% dos inquiridos vieram de Moçambique e 7,4% de Angola.

portas do debate e os líderes começam a perder a hegemonia sobre a comunidade. A outra componente, a interesseira, deriva da forma como a sociedade sul-africana está organizada.

O Partido Nacional está no poder desde 1948 e ao longo de décadas foram-se diluindo as fronteiras entre Estado, Governo e Partido. Não tardou muito que alguns empresários imaginativos descobrissem que uma ajuda financeira aos cofres do Partido Nacional podia contribuir para a resolução de problemas burocráticos que os apoquentavam. Criou-se então uma relação simbiótica com o Poder, no qual o beneplácito das autoridades era a moeda de troca pelo apoio tácito ou prático da comunidade portuguesa. Mas como qualquer simbiose, esta relação pode funcionar em dois sentidos: tanto é uma associação de vantagem mútua como uma garantia contra a oposição da outra parte. Aos líderes da comunidade apenas competia gerir esta teia complexa e não pôr e dispôr dela como entendessem. Isto põe perguntas interessantes para o presente e o futuro: se os líderes da comunidade estão ligados não a uma ideologia mas ao Partido Nacional, como conseguirão agora manter a fidelidade da comunidade? O Partido está a efectuar uma metamorfose completa e no entanto os líderes sempre solicitaram o apoio ao Partido com recurso ao grande fantasma que é o trauma da descolonização. Não se trata de uma mera coincidência que justamente neste momento surja uma nova geração com ideias diferentes, como é o caso das pessoas que integram o DIPSA.

O DIPSA (Democratic Initiative of the Portuguese in South

Africa) é um movimento que se concretizou em Abril de 1990 reunindo pessoas que já não aceitavam a hegemonia política dos líderes. Este desafio à autoridade daqueles que sempre dominaram a comunidade é para eles perigoso, acima de tudo por vir de uma nova geração de jovens profissionais, com um grau de instrução muito superior ao dos líderes, e uma visão do futuro totalmente distinta. Tradicionalmente, lidavam-se com as dissidências de forma implacável e em uníssono. Em primeiro lugar excluía-se a pessoa em causa de qualquer cargo a nível das associações, retirando assim a plataforma mais acessível. Segundo, e devido à imaturidade política da comunidade, aproveitava-se a ideia de que quem não apoiava o Partido Nacional era "comunista". Dissidentes eram inevitavelmente apelidados de comunistas o que era sinónimo de uma ordem de excomunhão política. Nas raras ocasiões em que houve alguma dissidência política aberta dentro da comunidade, ou alguém que falasse em voz alta contra o apartheid, as pessoas em questão tiveram que fazer uma escolha entre o silêncio conformista e a actividade política fora da comunidade ¹².

No caso do DIPSA já não foi possível aplicar esta pressão social por várias razões. As figuras de proa do movimento eram pessoas com créditos já firmados, pessoas conhecidas e respeita-

12. Luis Leal, anterior Director do Departamento de Português na Universidade de Witwatersrand, procurou enveredar por um terceiro caminho quando publicou um hilariante livro de contos satíricos sobre os líderes da comunidade intitulado "Com Noé na Arca". A publicação do livro, entre outras coisas, tornou insustentável a posição de Leal que acabou por abandonar a sua posição académica e cortar de vez os laços com os poderosos da comunidade. A informação de que dispomos indica que estará agora no Botswana. Quanto ao livro, um dos visados comprou e destruiu quase todos os exemplares tornando-o num objecto para colecionadores!

das na comunidade. Acima de tudo, eram pessoas que não dependem, social ou profissionalmente, dos líderes da comunidade. Por isso eram vozes difíceis de ignorar e impossíveis de excluir.

O DIPSA tem como objectivo contribuir para facilitar, dentro da comunidade portuguesa, a transição do regime actual da Africa do Sul para um regime multi-racial e democrático, trabalhando para uma maior consciência e informação política da comunidade. O movimento partiu do princípio de que os líderes não eram representativos da comunidade toda e que havia uma necessidade premente de outra voz, não comprometida com o regime, para exprimir as ideias de muitos outros. Ao mesmo tempo um dos objectivos efectuar um trabalho didáctico junto da comunidade. A declaração de princípios do movimento manifesta uma oposição directa ao apartheid e a confiança de que pelo menos parte da comunidade portuguesa não se revê nesta política. Menciona também a necessidade de combater a má imagem de que a comunidade portuguesa disfruta, especialmente junto da maioria negra do país.

Como seria de esperar, os líderes da comunidade utilizaram todos os esquemas que conheciam para criar dificuldades ao novo movimento. "O Século de Joanesburgo", com escandalosa falta de isenção, ignorou durante meses aquilo que era a mais importante evolução política da comunidade desde há anos; exerceram-se, de várias formas, pressões sociais e mesmo profissionais sobre as principais figuras do movimento e, claro, lançou-se o rumor do costume: que o DIPSA era obra de "comunistas". Estas manobras tiveram algum impacto mas não foram de maneira nenhuma decisivas

porque a situação do país, ao qual a comunidade não podia estar alheia, tinha evoluído muito. Quando o próprio Partido Nacional dialogava com o ANC, incluindo mesmo com o antigo inimigo público número um, o secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano Joe Slovo, era difícil atacar um movimento dentro da comunidade que propunha um diálogo semelhante. A evidência de que se estava a caminhar para um sistema político completamente diferente levava as pessoas a pensar na necessidade de acautelar o futuro, o que significava apoiar pelo menos a existência de um grupo como o DIPSA.

O problema para os líderes é que a teia de cumplicidades, amizades e clientelismos sobre a qual o seu poder assenta está a enfraquecer. Já não se confia tanto que esta estrutura possa assegurar a promoção social e profissional que anteriormente garantia. Estando intimamente ligadas a um regime que está em vias de extinção, as estruturas de poder dentro da comunidade têm que mudar ou dar lugar a outras. Alguns dos líderes mais perspicazes já perceberam isto e começam a introduzir alterações no seu discurso mas as estruturas que pretendem transformar são pesadas e não vão mudar de um dia para outro.

As condições políticas a nível da África do Sul e a nível da comunidade são boas para um movimento como o DIPSA. No entanto até agora este agrupamento não tem correspondido às expectativas por razões que se prendem, inicialmente, com divergências políticas dentro do movimento e, mais tarde, com a pouca disponibilidade de tempo de algumas das pessoas mais capazes de valorizar o movimento. Mesmo assim o DIPSA conta com alguns apoios discretos

da parte de sectores tradicionalmente afectos a certos líderes e teve bastante êxito ao proporcionar a vários empresários portugueses ingressos para a primeira conferência entre o ANC e os empresários mais influentes do país ¹³.

O vazio político que existe na comunidade aponta, em princípio, para o crescimento do DIPSA. E também provável que os líderes, ou pelo menos alguns deles, mostrem capacidades de adaptação às mudanças, salvaguardando assim alguma influência dentro da comunidade. Mas o resultado mais provável é que a democratização do país traga também alguma democratização à comunidade portuguesa, abrindo espaço para a convivência simultânea de correntes políticas divergentes. Parece certo que a "opinião única", tácita e silenciosa tenha os seus dias contados.

13. A conferência, que teve lugar a 23 de Maio de 1990, foi organizada conjuntamente pelo ANC e o CBM (Consultative Business Movement) para, pela primeira vez desde a legalização do ANC, trocarem ideias sobre a futura organização económica do país. As inscrições para os empresários portugueses foram conseguidos através dos bons ofícios do DIPSA pois não constava nenhum elemento da comunidade portuguesa na lista original de convidados.

Portugal e a Comunidade Portuguesa

O sentimento dominante na comunidade portuguesa é que mais vale aprender a viver sem Portugal do que estar à espera de apoios de Lisboa. Esta sensação de abandono é o prolongamento de um sentimento de terem sido "traídos" em 1975 quando se fizeram as descolonizações de Angola e Moçambique e quando dezenas de milhares de pessoas encontraram na Africa do Sul refúgio das mudanças que não queriam ver. Portugal, pensam, esqueceu-os em 1975 e esquece-os hoje. Entraves burocráticos, falta de fundos e simples desinteresse são os principais problemas apontados por aqueles que já procuraram apoio junto de entidades oficiais portuguesas. Sintomática será a situação do Consulado Português de Joanesburgo: responsável por centenas de milhares de Portugueses (talvez só o consulado de Paris tenha mais emigrantes na sua área de jurisdição), está sem Cônsul-Geral há seis meses.

As poucas figuras políticas nacionais que se interessam pela comunidade disfrutam por isso de grande popularidade na Africa do Sul. Em particular há o caso de Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira, de onde é originária uma elevada percentagem dos emigrantes. Jardim escreve uma coluna semanal em "O Século de Joanesburgo" na qual desenvolve as suas posições independentistas em relação à política externa nacional, e proclama alto e bom som a sua simpatia pelo Partido Nacional (desde muito antes de qualquer abertura política). Esta postura encontra eco junto de muitos emigrantes na Africa do Sul e, juntamente com as visitas que efectua àquele país, faz com que Jardim seja possivelmente o político mais popular na comunidade.

Salvo poucas excepções, não há indicações de haver no meio político português quem conheça a comunidade portuguesa na Africa do Sul. Uma das razões para isto é que o circuito tradicional feito pelos políticos portugueses que visitam a Africa do Sul é pouco propício a dar a conhecer a realidade da comunidade. Visitam meia dúzia de associações, falam com os presidentes que não querem seguramente conflitos com os líderes (pelo contrário: querem as doações que parecem ser sempre mais generosas quando há convidados de Portugal para levar de volta a notícia), jantam com alguns dos notáveis e depois vão-se embora. E também possível que estabeleçam algum contacto com o Governo ou com alguém do ANC (mas só desde que em Fevereiro De Klerk o tornou aceitável). Da parte do Governo não há razão para não tecer elogios à comunidade portuguesa que sempre apoiou o Partido Nacional e procurou (aliás com sucesso) que Portugal seguisse a linha da Sra Thatcher em matéria de sanções à Africa do Sul¹⁴. Quanto ao ANC, empenhado como está numa operação de charme à população branca do país, é pouco provável que digam em público aquilo que alguns dos seus dirigentes dizem em privado.

Acontece, portanto, que quem visitou a Africa do Sul e fez o percurso "turístico" aprovado pelos líderes da comunidade voltou sabendo apenas aquilo que se quisesse que soubessem. Mesmo que tenham falado a meios de oposição ao regime porque, pelas suas

14. A influência da comunidade portuguesa sobre a condução da política externa portuguesa em relação à Africa do Sul é analisada mais pormenorizadamente num artigo do autor em Terra Solidária, Revista de Questões Internacionais, CIDAC, Maio-Agosto 1990.

próprias razões, também não é muito conveniente a estes criticar abertamente a comunidade portuguesa. Isto contribui para explicar o desfasamento que se refere atrás entre aquilo que se pensa da comunidade em Lisboa e aquilo que se pensa na Africa do Sul. Outros factores que contribuem para este desfasamento são os comentários dos líderes da comunidade (uma das suas fontes de poder é que dominam as ligações a Portugal) e as informações veiculadas pela comunicação social de língua portuguesa na Africa do Sul. As comunicações entre a Embaixada Portuguesa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros não são, obviamente, do domínio público mas as linhas de força da política nacional em relação à comunidade e à Africa do Sul levam-nos a acreditar que até recentemente não terão sido de um teor muito diferente daquilo que os líderes da comunidade quiseram transmitir. Nos últimos doze ou dezoito meses, por parte dos condutores da política externa portuguesa começou-se a notar uma certa preocupação em moderar a postura política da comunidade, o que traduz a consciência de que nem tudo vai bem para os interesses nacionais e os da comunidade. Saúda-se esta nova consciência da realidade fazendo votos de sucesso para uma tarefa que não será fácil por ser tão tardia.

A evolução política da Africa do Sul é uma incógnita. É um país em que, como dizia o escritor Alan Paton, há esperança às segundas e desespero às terças. Acima de tudo é desta evolução política que depende a sorte da comunidade portuguesa. Uma situação de instabilidade total provocará um retorno em massa,

mas isto, se acontecer, será a contra-gosto . No entanto, sendo certo que de uma forma ou doutra o regime do apartheid não sobreviverá durante muito tempo, é altura de olhar um pouco mais atentamente para a comunidade portuguesa e para a sua capacidade de viver sem o apartheid.

A imagem de Portugal em muitos países, entre os quais a Africa do Sul, é a imagem dos seus emigrantes. A política nacional em relação à colónia portuguesa naquele país, durante longos anos, traduz-se de uma forma muito simples. Chegou-se a um acordo tácito donde os princípios são excluídos. A forma mais barata de conseguir o apoio das autoridades sul-africanas para a grande comunidade portuguesa no país era fazer coro com a oposição britânica a sanções de qualquer espécie. O regime de Pretória mostrava compreender o acordo apadrinhando meia dúzia de empresários de sucesso. Oficialmente disfarçava-se este agradável estado de coisas com solenes proclamações sobre como o apartheid era terrível. Mas, acrescentava-se, a melhor forma de influenciar Pretória era evitar qualquer atitude contrária ao regime. Verificou-se esta capacidade de influência aquando da humilhação sofrida pelo Secretário de Estado Durão Barroso que chegara à Africa do Sul munido de uma carta em tom crítico assinada pelo Primeiro Ministro: o então Presidente, PW Botha, limitou-se a mostrar-lhe a porta de saída.

A mudança de regime na Africa do Sul, sendo embora de natu-

15. Schutte (Quadro 53) mostra que 95,9% dos inquiridos indica a Africa do Sul como local de residência mais desejado para cinco anos mais tarde.

reza imprevisível, está iminente. O relacionamento de Portugal com o futuro governo sul-africano, qualquer que ele seja, depende em larga medida do comportamento político da comunidade portuguesa. Para a própria comunidade os tempos que se avizinham não se prevêm fáceis e o apoio do governo português assumirá uma grande importância. É uma boa oportunidade para procurar corrigir erros do passado e forjar, numa região tão importante para a política externa nacional, uma imagem do país mais concordante com os valores defendidos pelas várias instâncias internacionais a que Portugal pertence.

ANEXO

Entrevistas efectuadas a pessoas ligadas à comunidade portuguesa em Joanesburgo, Cidade do Cabo e Pretória, Abril a Junho de 1990.

José Nascimento. Advogado, fundador do DIPSA.
Anabela Nascimento. Psicóloga estagiária.
António de Gouveia. Psicólogo clínico, professor da Universidade de Vista (Soweto), fundador do DIPSA.
Isabel de Gouveia. Professora no Departamento de Português, Universidade de Witwatersrand, fundadora do DIPSA.
Manuela de Castro Moura. Jornalista, fundadora do DIPSA.
Marlene Castro. Jornalista.
António Ramos. Jornalista.
Fernanda Antunes Jones. Professora no Departamento de Português, Universidade de Pretória (UNISA).
Varela Afonso. Chefe de Redacção do jornal "O Século de Joanesburgo"
Valentina Gouveia. Assistente social.
Crispim Coutinho. Responsável pela área de marketing no Bank of Lisbon & South Africa.
Vera Coutinho. Funcionária do Consulado Português em Joanesburgo, responsável por educação.
Eulália Salgado. Advogada, Conselheira Permanente da Madeira.
Rui (preferiu anonimato). Desenhador gráfico em empresa de publicidade.
Salvador P. Pereira. Empresário, proprietário do jornal "A Tribuna"
Ivo Cordeiro. Delegado do ICEP, Embaixada de Portugal.
Orlanda Ventura. Estudante na Universidade de Witwatersrand, membro da direcção da Associação Portuguesa de Witwatersrand.
Victor Viseu. Presidente da Associação de Jovens Empresários e Profissionais Portugueses (AJEPP).
Nunes Portela. Consul-geral de Portugal em Joanesburgo.
Janet Carter. Directora do Departamento de Português da Universidade de Witwatersrand.
Pedro Pinto. Estudante na Universidade de Witwatersrand.
Lordes Batista. Presidente da Associação Portuguesa de Witwatersrand.
Paula (preferiu anonimato). Assistente social.
João Canha. Empresário, tesoureiro do National Soccer League, Conselheiro Permanente da Madeira.
Carlos Gomes da Silva. Departamento de Português, Universidade de Western Cape.
José Cutileiro. Embaixador de Portugal na Africa do Sul.
João da Câmara. Diplomata na Embaixada de Portugal.

Além das pessoas citadas fizeram-se inúmeros contactos informais com membros da comunidade portuguesa, visitas a clubes e associações. Houve também a preocupação de ouvir as opiniões de pessoas sem qualquer ligação à comunidade portuguesa para perceber qual era a imagem exterior da comunidade junto dos mais variados sectores da sociedade sul-africana.

